



Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 07.682.638/0001-07

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Discorre também, sobre o trabalho que a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro) vem desenvolvendo dentro das suas concepções de buscar desafios e superar limites. Neste exercício, a ViaQuatro continuou enfatizando o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, incorporando novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco do usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto e da fluidez da sua linha de metrô. Em novembro de 2013 a ViaQuatro obteve a aprovação da auditoria de manutenção da ISO 9001:2008.

1. Desempenho Econômico-Financeiro: Receitas (em milhares de Reais)

	2014	2013
Receita tarifária	353.062	339.980
Receita de contrato de construção	13.118	20.418
Receitas acessórias	25.589	22.035
Receita de contraprestação pecuniária	24.345	733
Receita de remuneração dos ativos – concessão	5.009	-
Outras receitas	174	145

O reajuste das nossas tarifas é feito pela variação do IGP-M (50%) e do IPC (50%) em fevereiro de cada ano. **2. Riscos de Mercado:** A nossa exposição a taxas de juros flutuantes está principalmente relacionada a variações de: Risco de taxa de juros: CDI, relativo a empréstimos locais em reais (Hedge/Swap); • Libor relativo a financiamentos em dólar; • A taxa de juros nas aplicações que realizamos é o CDI. Risco de taxa de câmbio: Dólar, relativo aos investimentos e financiamentos; • Euro, relativo aos investimentos do saldo remanescente da Fase I, por retenções de "eventos de pagamentos - milestones". Para minimizar os riscos cambiais a Companhia realiza a contratação de *hedge* para a proteção de seu endividamento em moeda estrangeira relativo ao financiamento cobrindo os próximos dois anos do serviço da dívida. **3. Pessoal:** Em 31 de dezembro de 2013 e 2014 tínhamos respectivamente 705 e 905 colaboradores em tempo integral. A tabela a seguir contém dados consolidados referentes aos

nosso colaboradores:

Categoria	2013	2014
Operacional	219	272
Operacional	486	633
Turn-Over (%)	1,4	1,08

O nosso vínculo sindical é com o Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo. Nunca houve greve e nenhuma paralisação das atividades na ViaQuatro. O reajuste salarial para o período 2014/2015 foi de 5%. O salário normativo da categoria é de R\$ 1.372,15. Conferimos aos nossos Colaboradores, nos termos de nossa política de benefícios, plano de previdência privada pela CCR Prev. PGBL, administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. e outros benefícios sociais como programas de auxílio e ou suplementares ao bem estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos. **4. Redução de Acidentes:** A ViaQuatro demonstrando sua preocupação com o bem estar dos colaboradores, adota diversas medidas preventivas direcionadas à saúde e segurança do colaborador, focando: • Preenchimento de check-list periódicos das condições de segurança nos postos de trabalho e indicação das ações preventivas e corretivas, bem como os Planos de Ação; • Sinalização de segurança em todos os postos de trabalhos e áreas comuns: sinalização de trânsito, marcações nas áreas de hidrante e extintor, distribuição de mapas de riscos ambientais, placas diversas de orientação que balizam e informam dos riscos; • Disponibilização de equipamentos de proteção individual - EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) para as diversas atividades: luvas, capacete, cinto de segurança, óculos, calçado de proteção, entre outros, de acordo com o tipo de atividade a ser realizada, conforme matriz de EPI por função; • Realização antecipada e periódica de exames médicos; • Registro e controle dos acidentes de trabalho; • Implantação de programas de prevenção de acidentes; • Atuação da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, visando a utilização de EPI's e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva), determinação de áreas de acesso restrito e suas implicações em termos de medidas de segurança adicionais, campanhas de alerta aos trabalhadores sobre riscos inerentes a determinado tipo de atividade, etc.; • Como prática, as atividades de manutenção, são realizadas com base em Instruções

Técnicas de Segurança e Procedimentos Técnicos vigentes, sendo que para atividades envolvendo sistemas elétricos, é prevista a desenergização dos respectivos sistemas para realização das atividades de manutenção; • Os Colaboradores são habilitados pelo curso de NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) para serviços de manutenção em sistemas de baixa, média e alta tensão; • Aplicação do DSMS - Diálogo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, levando ao conhecimento dos colaboradores diversos temas tratando sobre a prevenção e no desenvolvimento de uma cultura preventivista na empresa. **5. Política Ambiental:** A ViaQuatro em atendimento as legislações vigentes aplicáveis, elaborou o "Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos" que estabelece os procedimentos para controle e monitoramento dos resíduos gerados nas atividades, com o objetivo de assegurar que os resíduos são gerenciados de forma apropriada e segura, desde a geração até a destinação final. O programa de Educação Ambiental e de Sustentabilidade visa garantir maior conscientização dos trabalhadores com as questões ambientais decorrentes das atividades de operação, principalmente com relação à necessidade de racionalização do consumo de recursos naturais. **6. Ações Sociais:** Em 2014, a ViaQuatro, dentro da sua estratégia de apoio aos programas sociais, patrocinou 5 (cinco) projetos incentivados através de: lei Rounet (buZun! e pintura solidária), lei de incentivo ao esporte (Na corrida para o futuro) e fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente (CampOeste - Centro automotivo e defesa do bem). **7. Agradecimentos:** A ViaQuatro agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras pela parceria desenvolvida. Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios. **8. Considerações finais:** Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	20	409.311	372.771
Custos dos serviços prestados			
Custo com pessoal		(53.199)	(51.952)
Custo de construção		(36.976)	(20.417)
Depreciação e amortização	12, 13 e 14	(37.550)	(35.102)
Energia elétrica		(14.567)	(13.692)
Serviços		(13.528)	(13.729)
Materiais consumidos de estoque		(2.684)	(3.239)
Materiais, equipamentos e veículos		(6.274)	(1.057)
Outros		(1.740)	(2.302)
Lucro bruto		(166.518)	(141.490)
Despesas operacionais		242.793	231.281
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(18.030)	(18.903)
Serviços		(16.133)	(15.536)
Depreciação e amortização	12, 13 e 14	(3.688)	(3.272)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.062)	(1.057)
IPTU		(2.950)	(1.543)
Seguro da infraestrutura		(3.121)	(3.095)
Outros		(4.632)	(3.372)
		(49.616)	(46.778)
Resultado antes do resultado financeiro		193.177	184.503
Despesas financeiras	21	(196.038)	(204.834)
Receitas financeiras	21	125.306	120.798
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		122.445	100.467
Imposto de renda e contribuição social - correntes	9a	(17.423)	(1.424)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9a	(23.992)	(32.292)
Lucro líquido do exercício		81.030	66.751
Lucro líquido por ação (em reais - R\$)		0,5416	0,4462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Lucro líquido do exercício		81.030	66.751
Outros resultados abrangentes			
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado			
Hedge accounting	22	43.276	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(14.715)	-
		28.561	-
Total do resultado abrangente do exercício		109.591	66.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	81.030	66.751
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.992	32.292
Depreciação e amortização	41.238	38.374
Baixa do ativo imobilizado e intangível	121	40
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1)	38
Variação cambial sobre financiamentos e derivativos	66.968	79.408
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	2.525	2.832
Juros sobre financiamentos e arrendamento mercantil	19.526	21.862
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	53	-
Ajuste a valor presente ativo financeiro	(5.009)	-
Resultado de operação com derivativos	(3.514)	(12.801)
Juros e variação monetária sobre mútuos com partes relacionadas	-	3.872
Capitalização de custos de empréstimos	(440)	(3.086)
	145.459	162.831

Variações nos ativos e passivos:

Aumento (redução) dos ativos:		
Contas a receber	(1.458)	12.654
Contas a receber - partes relacionadas	160	(94)
Ativo financeiro	(7.885)	-
Impostos a recuperar	(16.072)	(23.998)
Despesas antecipadas	148	950
Outros créditos	(268)	978
Estoques	(5.421)	(3.708)
Depósitos judiciais	(9.596)	(17.008)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(554)	(3.418)
Fornecedores - partes relacionadas	420	(227)
Obrigações sociais e trabalhistas	117	(189)
Impostos e contribuições a recolher	27.300	15.870
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(26.549)	(22.356)
Outras contas a pagar	2.289	439
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	189.320	192.505

Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(7.224)	(3.880)
Adição de ativo intangível	(9.777)	(14.710)
Adiantamento para adição de intangível	(91.916)	(2.071)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(108.917)	(20.661)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação da operação com derivativos	13.443	3.375
Pagamentos de mútuos - partes relacionadas	-	(116.333)
Pagamentos de principal	(90.027)	(82.629)
Pagamentos de juros	(16.302)	(16.914)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(92.886)	(212.501)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(12.483)	(40.657)
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	135.613	176.270
No final do exercício	123.130	135.613
	(12.483)	(40.657)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial intermediário em 31 de dezembro de 2014 <i>(Em milhares de reais - R\$)</i>							
Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Circulante				Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	6	123.130	135.613	Financiamentos e arrendamento mercantil	16	105.617	93.407
Contas a receber	7	30.190	1.661	Fornecedores	17	28.202	26.231
Contas a receber - partes relacionadas	11	46	206	Fornecedores - partes relacionadas	11	515	95
Tributos a recuperar	8	41.665	-	Impostos e contribuições a recolher		1.856	1.105
Despesas antecipadas		1.819	1.967	Obrigações sociais e trabalhistas		16.076	15.959
Contas a receber com operações de derivativos	22	9.225	14.242	Dividendos a pagar	19d	24.120	-
Estoques		15.156	9.735	Outras contas a pagar		6.949	3.460
Outros créditos		847	532	Receita diferida	15	24.651	-
Total do ativo circulante		222.078	163.956	Total do passivo circulante		207.986	140.257
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos e arrendamento mercantil	16	506.688	533.379
Contas a receber	7	10.275	-	Contas a pagar com operações de derivativos	22	-	1.364
Tributos a recuperar	8	-	25.593	Impostos diferidos	9b	49.970	11.263
Contas a receber com operações de derivativos	22	53.374	11.040	Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	18	53	-
Depósitos judiciais	10	31.301	21.705	Outras contas a pagar		7.100	8.300
Outros créditos		-	47	Total do passivo não circulante		563.791	554.306
		94.950	58.385	Patrimônio líquido			
Imobilizado	12	19.351	19.562	Capital social	19a	140.385	140.385
Intangível	13	677.445	600.568	Reservas de lucro	19b/c	77.435	15.650
Ativo diferido	14	4.334	13.002	Dividendos adicionais propostos	19d	-	4.875
Total do ativo não circulante		796.080	691.517	Ajuste avaliação patrimonial		28.561	-
Total do ativo		1.018.158	855.473	Total do patrimônio líquido		246.381	160.910
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.018.158	855.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 <i>(Em milhares de reais)</i>									
	Nota	Capital social		Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Hedge accounting	Total
		Subscrito	A Integralizar	Legal	Especial Dividendos	Retenção de Lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2013		149.607	(9.222)	-	-	-	(46.226)	-	94.159
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	66.751	-	66.751
Destinações									
Reserva legal	19b	-	-	1.026	-	-	(1.026)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	4.875	-	(4.875)	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	14.624	(14.624)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		149.607	(9.222)	1.026	4.875	14.624	-	-	160.910
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	81.030	-	81.030
Dividendos a pagar		-	-	-	(4.875)	-	-	(4.875)	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	28.561	28.561
Destinações									
Reserva legal	19b	-	-	4.051	-	-	(4.051)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19d	-	-	-	-	-	(19.245)	-	(19.245)
Reserva de retenção de lucros	19c	-	-	-	-	57.734	(57.734)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		149.607	(9.222)	5.077	-	72.358	-	28.561	246.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: a) **Constituição e objeto:** A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("Companhia"), com sede em São Paulo, Capital, tem como objeto exclusivo a exploração dos serviços integrantes da concessão patrocinada para operação dos serviços de transporte de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra, com uma extensão de 8,9 km na Fase I, totalizando 16,25 km na Fase II, compreendendo todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, mas não se limitando a aquisição de bens e serviços, montagens, manutenção e operação parcial dos serviços por meio de ônibus. O prazo de vigência do contrato é de 32 anos, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada até o máximo de 35 anos, assegurando o prazo de exploração da operação de 30 anos, contados a partir do início da operação da Fase I. A Concessionária poderá explicar receitas alternativas, complementares, acessórias, receita de contraprestação pecuniária e a receita tarifária. O contrato de concessão foi assinado com o Poder Concedente em 29 de novembro de 2006, ocorrendo o 1º aditamento em 30 de novembro de 2007, o 2º aditamento em 29 de maio de 2008, o 3º aditamento em 18 de junho de 2010, o 4º aditamento em 25 de março de 2011 e o 5º aditamento em 26 de março de 2014. O plano original de operações foi dividido em três fases: • **Fase I** - Operação da Linha 4 - Amarela com frota de 14 trens, atendendo seis estações (Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Paulista, República e Luz) e o pátio de manutenção de Vila Sônia. A Fase I deverá ter um período operacional mínimo de quatro anos antes do início da operação da Fase II. O início das operações ocorreu conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº 3, em 21 de junho de 2010. • **Fase II** - Operação da Linha 4 - Amarela com frota adicional de 15 trens e todas as suas estações previstas, sendo Vila Sônia, Morumbi, Butantã, Pinheiros, Faria Lima, Fradique Coutinho, Oscar Freire, Paulista, Higienópolis, República e Luz até o 1º trimestre de 2018. Em 15 de novembro de 2014 foi inaugurada a estação Fradique Coutinho dando início a Operação da Fase II. O percurso da estação Vila Sônia até Taboão da Serra será operado por meio de ônibus. • **Fase III** - Operação sobre trecho do trecho compreendido entre as estações Vila Sônia e Taboão da Serra, cujas condições de operação serão definidas durante a execução do contrato de concessão. • **MOU (Memorando de Entendimento)** - No dia 2 de março de 2010, a Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., a Siemens Ltda. e a Hyundai Rotem Company, assinaram um memorando de entendimento mediante o qual as partes adotaram determinadas cláusulas do Contrato de Fomento datado do dia 7 de agosto de 2008 de forma a contemplar o subfomento da Fase I em 3 fases distintas, conforme segue: (a) Subfase 1.1 - estações Faria Lima e Paulista; (b) Subfase 1.2 - estações Faria Lima

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

continuação

dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção. Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09. **j) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** - Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisões contra recebíveis. - Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impairé*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas-chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ação não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **k) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **l) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e/ou cambiais positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **m) Capitalização dos custos dos empréstimos:** Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção. **n) Benefícios a empregados:** - Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. - Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **o) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração. **p) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuído aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **q) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão metrolviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização. **r) Novos pronunciamentos e interpretações:** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2014 pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas, nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

nº 12.973/14 em conversão à MP nº 627/13, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada e, assim, quaisquer impactos tributários, se aplicáveis, ocorrerão a partir de janeiro de 2015. **Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aplicadas de maneira consistente. Em 25 de fevereiro de 2015 foi aprovada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: - Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado. - Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota
 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1)
 7 Provisão para devedores duvidosos
 9b Impostos diferidos
 12 Depreciação do ativo imobilizado
 13 Amortização dos ativos intangíveis
 16 Classificação de arrendamento mercantil
 22 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. - Investimentos em títulos financeiros: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. - Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg). - Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se a contratos de swaps de moeda e opções de compra de Libor, que visam a proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros. **Operações de swap de juros e/ou de moeda:** Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se ao fluxo de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&F e Bloomberg) adicionadas de cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidas a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração. **Opções de compra de Libor com teto (cap):** O valor justo das opções de compra é calculado utilizando-se o modelo de Black-Scholes para precificação de opções de taxas de juros.

5. Gerenciamento de riscos financeiros. Visão Geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supracitados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Como mitigador desse tipo de risco, busca-se realizar parte das captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam a receitas. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da London Interbank Offered Rate (Libor). As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 16. As tarifas de metrô são atualizadas pela média ponderada, sendo 50% do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e 50% do IPC (Índice de Preços ao Consumidor). **c) Risco de taxa de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previsto em contratos de empréstimos e financiamentos. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro abaixo apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos	108.649	102.499	102.499	102.499	206.251
6. Caixa e equivalentes de caixa				2014	2013
Caixa e bancos				2.717	3.661
Aplicações financeiras				120.413	131.952
Fundos de investimentos				123.130	135.613

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 98,17% do CDI, equivalente a 10,56% ao ano (7,94% ao ano, em média em 31 de dezembro de 2013).

7. Contas a receber

	2014	2013
Circulante		
Tarifária	1.025	317
Publicidade	2.136	1.386
Contraprestação pecuniária (a)	27.070	-
	30.231	1.703
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (b)	(41)	(42)
	30.190	1.661
Não Circulante		
Contraprestação pecuniária (a)	10.275	-
	10.275	-

O quadro a seguir resume os saldos a receber por data de vencimento:

	2014	2013
Crédito a vencer	40.269	1.455
Créditos vencidos até 60 dias	188	206
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	8	8
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	7	42
Créditos vencidos há mais de 180 dias	4	-
	40.506	1.703

(a) Contraprestação pecuniária - Reconhecida integralmente a valor justo na data da obtenção do direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente decorrente da implantação da infraestrutura da Fase II, conforme 5º. Adendo ao contrato de concessão. (b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) - É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia. O quadro a seguir demonstra o direito de receber caixa do Poder Concedente:

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Ajuste a valor presente
Circulante				
Contraprestação pecuniária		26.212	(16.660)	3.914
		26.212	(16.660)	3.914
Não circulante				
Contraprestação pecuniária		22.784	-	1.095
		22.784	-	1.095
				(13.604)
				10.275

8. Impostos a recuperar

	2014	2013
IRPJ e CSLL	39.902	25.347
IRRF	1.653	134
Outros	110	112
Total	41.665	25.593
Total circulante	41.665	-
Total não circulante	-	25.593

9. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - custos e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	122.445	100.467
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(41.631)	(34.159)
Eleito tributário das adições e exclusões permanentes	-	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(293)	624
Outros ajustes tributários	(3)	(40)
Despesas com brindes e associações de classe	(81)	(47)
Despesas indedutíveis	(25)	(208)
Doações Indedutíveis (Desportiva/Cultural/FCA)	(191)	-
Incentivo relativo ao imposto de renda	809	34
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(41.415)	(33.716)
Impostos correntes	(17.423)	(1.424)
Impostos diferidos	(23.992)	(32.292)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(41.415)	(33.716)
Alíquota efetiva do imposto	34%	34%

b. Impostos diferidos: Os impostos de renda e da contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2014	2013
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	35.719	43.549
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	10.369	9.947
Custo de transação na emissão de títulos	2.676	2.217
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.984	1.721
Despesas diferidas para fins fiscais - Lei nº. 11.638/07	1.298	3.898
Provisão IPTU	1.003	-
Depreciação juros capitalizados	188	143
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	14	14
Outros	848	12
	54.099	61.501

Bases passivas

	2014	2013
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (c)	(75.200)	(59.157)
Hedge Accounting	(13.786)	-
Ganho em operações com derivativos	(4.638)	(7.215)
Custo dos empréstimos capitalizados (b)	(5.948)	(6.156)
Receta remuneração dos ativos - concessão	(1.703)	-
Variação cambial (d)	(2.367)	-
Pagamento de juros e principal - arrendamento mercantil financeiro	(260)	(231)
Outros	(167)	(5)
	(104.069)	(72.764)
	(49.970)	(11.263)

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	2015	2016
	17.626	18.093
	-	35.719

(b) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação e amortização oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, no termos da Lei nº 11.638/07; (c) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de equipamentos qualificados como melhorias nos termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07; (d) A Companhia informa que as variações cambiais deste item referem-se às operações de derivativos, cujo tratamento fiscal é regido pelo artigo 32 da Lei nº 11.051/2004, por esse motivo a realização fiscal desta diferença cambial se dará quando da efetiva liquidação da operação de derivativos.

10. Depósitos judiciais

	2014	2013
ISS (a)	31.281	21.691
Depósitos trabalhistas	20	14
	31.301	21.705

(a) Em 04 de setembro de 2012 a Companhia ingressou com mandado de segurança preventivo com pedido de depósito judicial para assegurar o direito de não ser compelida a recolher, em favor da Municipalidade de São Paulo, o ISSQN em razão das prestações de serviços de transporte decorrentes do Contrato de Concessão firmado com o Estado de São Paulo, consistente na exploração da operação dos serviços de transporte metrolviário de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. A Companhia efetuou o depósito do valor em discussão até maio de 2014 totalizando R\$ 26.443 (R\$ 21.691 em 31 de dezembro de 2013). No mérito, referida ação judicial está vinculada à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0304416-55.2011.8.26.0000 (ADI), ajuizada pelo Governo do Estado de São Paulo contra a Municipalidade de São Paulo no TJ/SP, a qual foi julgada procedente pelo Órgão Especial do TJ/SP no sentido de se reconhecer a não incidência do ISSQN sobre tais prestações de serviços. O Recurso Extraordinário (RE) interposto pela Prefeitura contra a referida decisão não foi admitido pelo STF. A Prefeitura recorreu da decisão que rejeitou o RE por meio de Agravo Regimental e Embargos de Declaração, sem êxito. Aguarda-se a publicação do acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração opostos pela Prefeitura bem como, o reconhecimento do trânsito em julgado da ADI junto ao STF. A Administração da Companhia entende que a probabilidade de perda do processo é remota, e, com base na avaliação de seus assessores legais em vista do atual status processual, suspendeu a realização dos depósitos judiciais em junho de 2014, desde então os valores dos depósitos estão sendo atualizados no balanço utilizando o índice da poupança mensal.

11. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2014 e 2013, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	2014			2013		
	Transações		Saldos	Transações		Saldos
	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
	Despesas financeiras	Serviços prestados	Contas a receber	Despesas financeiras	Serviços prestados	Contas a receber
Controladoras						
COR S.A. (a)	-	3.439	-	-	-	270
Outras partes relacionadas						
CPC (b)	-	2.863	25	-	-	232
Samm (c)	-	-	174	-	-	15
Metrô Bahia S.A. (d)	-	-	4	-	-	4
ViaOeste S.A. (d)	-	-	1	-	-	1
VLT Carioca S.A. (d)	-	-	1	-	-	1
Total circulante, 31 de dezembro de 2014	-	-	46	-	-	515
Total, 31 de dezembro de 2014	-	6.302	174	-	-	515
Total, 31 de dezembro de 2013	3.872	6.034	145	206	-	95

Despesas com profissionais chaves da administração:

	2014	2013
Benefícios de curto prazo	1.683	3.289
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado (e)	1.450	526
Previdência privada	134	274
Seguro de vida	7	14
	3.274	4.103

Na AGO realizada em 30 de abril de 2014, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.900, a qual não inclui os encargos sociais. **Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:**

	2014	2013
Remuneração dos administradores (f)	1.128	775

(a) Contrato de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, lousuraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (c) Ocupação e utilização mediante remuneração, para fins de instalação, operação, manutenção e exploração da infraestrutura de telecomunicações; (d) Refere-se aos encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; (e) Parte do valor refere-se ao adicional de provisão de participação de resultado de 2013, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2014; e (f) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuído aos membros da administração, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

12. Ativo Imobilizado

	2014			2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo inicial	Adições	Baixas
Móveis e utensílios	10	4.213	(1.532)	2.681	3.870	(1.147)
Máquinas e equipamentos	19	13.865	(7.060)	6.805	11.772	(4.818)
Veículos	22	2.172	(865)	1.307	1.879	(612)
Instalações e edificações	19	149	(123)	26	149	(114)
Equipamentos operacionais	20	8.892	(3.940)	4.952	8.882	(2.187)
Imobilizações em andamento	-	3.580	-	3.580	1.888	-
	32.871					

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

continuação

13. Ativo Intangível	Taxa média anual de amortização %	2014			2013		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura.....	(a)	605.944	(57.848)	548.096	596.827	(37.956)	558.871
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	60.483	(23.205)	37.278	56.954	(15.412)	41.542
Adiantamento à fornecedores para adições de intangível		92.071	-	92.071	155	-	155
		758.498	(81.053)	677.445	653.936	(53.368)	600.568

(a) Amortização pela curva do benefício econômico no período de concessão.

Movimentação do custo	2013			2014				
	Saldo inicial	Adições	Transf. rências (d)	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Transf. rências (d)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura (b).....	596.827	10.127	(1.010)	605.944	596.827	10.127	(1.010)	605.944
Direitos de uso de sistemas informatizados.....	56.954	-	3.529	60.483	56.954	-	3.529	60.483
Adiantamento à fornecedores adições de intangível (c)	155	91.916	-	92.071	155	91.916	-	92.071
	653.936	102.043	2.519	758.498	653.936	102.043	2.519	758.498

(b) Do saldo de R\$ 605.944 em 31 de dezembro de 2014, R\$ 5.877 referem-se a intangíveis em andamento, substancialmente a equipamentos de material rodante e sistemas em fase de instalação; (c) Do saldo de R\$ 92.071 em 31 de dezembro de 2014, R\$ 88.958 referem-se a adiantamento a fornecedores estrangeiros (Siemens SAS; Hyundai Rotem) para aquisição de equipamentos de material rodante e sistemas em fase de instalação da fase II. (d) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível.

Movimentação da amortização	2013			2014		
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura.....	(37.956)	(19.891)	(1)	(57.848)	(19.838)	(18.118)
Direitos de uso de sistemas informatizados.....	(15.412)	(7.793)	-	(23.205)	(8.028)	(7.384)
	(53.368)	(27.684)	(1)	(81.053)	(27.866)	(25.502)

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 350 em 2014 (R\$ 3.068 em 2013). A taxa média anual de capitalização em 2014 foi de 0,91% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos e financiamentos) e 1,18% a.a. em 2013.

14. Ativo Diferido	2014			2013		
	Custo	Amortização (a)	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Gastos pré-operacionais						
Despesas com variações monetárias e cambiais...	20.642	(18.578)	2.064	6.192		
Serviços de terceiros.....	10.576	(9.518)	1.058	3.172		
Serviços de modelagem financeira.....	10.516	(9.464)	1.052	3.155		
Custos e despesas com pessoal.....	9.782	(8.804)	978	2.935		
Despesas financeiras.....	8.596	(7.736)	860	2.579		
Gastos gerais.....	1.845	(1.662)	183	554		
Impostos sobre receitas financeiras.....	278	(251)	27	83		
Materiais, equipamentos e veículos.....	291	(262)	29	87		
Depreciação e amortização.....	157	(140)	17	48		
Receitas financeiras.....	(19.344)	17.410	(1.934)	(5.803)		
	43.339	(39.005)	4.334	13.002		

(a) A amortização do ativo diferido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi de R\$ 8.668 (R\$ 8.668 em 31 de dezembro de 2013).

15. **Receitas diferidas:** O saldo de receitas diferidas, no montante de R\$ 24.651, refere-se a receitas de construção da infraestrutura ainda não realizada.

20. Receitas	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
Receita tarifária.....	353.062	339.980	353.062	339.980
Receita de contrato de construção.....	13.118	20.418	13.118	20.418
Receitas acessórias.....	25.589	22.035	25.589	22.035
Receita de contraprestação pecuniária.....	24.345	733	24.345	733
Receita de remuneração dos ativos - concessão.....	5.009	-	5.009	-
Outras receitas.....	174	145	174	145
Receita bruta.....	421.297	383.311	421.297	383.311
Impostos sobre receitas.....	(10.632)	(10.540)	(10.632)	(10.540)
Abatimentos.....	(1.354)	-	(1.354)	-
Deduções das receitas brutas.....	(11.986)	(10.540)	(11.986)	(10.540)
Receita líquida.....	409.311	372.771	409.311	372.771

21. Resultado Financeiro

Despesas Financeiras	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
Variação cambial sobre financiamentos.....	(137.978)	(155.194)	(137.978)	(155.194)
Juros sobre financiamentos e arrendamento mercantil.....	(19.526)	(21.862)	(19.526)	(21.862)
Perda com operações de derivativos.....	(25.468)	(16.805)	(25.468)	(16.805)
Variação cambial fornecedores.....	(3.923)	(3.474)	(3.923)	(3.474)
Variação cambial sobre derivativos.....	(4.446)	(4.254)	(4.446)	(4.254)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras.....	(4.232)	(1.867)	(4.232)	(1.867)
IOF.....	(874)	(536)	(874)	(536)
Capitalização de custos dos empréstimos.....	440	3.086	440	3.086
Juros e multas.....	(31)	(56)	(31)	(56)
Juros e variações monetárias sobre mútuos.....	-	(3.872)	-	(3.872)
	(196.038)	(204.834)	(196.038)	(204.834)

Receitas Financeiras	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
Ganho com operações de derivativos.....	28.982	29.606	28.982	29.606
Variação cambial sobre financiamentos.....	65.676	70.699	65.676	70.699
Variação cambial sobre derivativos.....	9.780	9.341	9.780	9.341
Rendimento sobre aplicações financeiras.....	13.953	10.424	13.953	10.424
Juros sobre impostos a recuperar.....	2.651	71	2.651	71
Juros e outras receitas financeiras.....	2.866	15	2.866	15
Variação cambial fornecedores.....	1.398	642	1.398	642
	125.306	120.798	125.306	120.798
Resultado Financeiro Líquido.....	(70.732)	(84.036)	(70.732)	(84.036)

22. **Instrumentos Financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, vencidos nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria	2014		2013	
	Valor justo através do resultado	Emprés- timos e Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Emprés- timos e Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos				
Aplicações financeiras.....	120.413	-	131.952	-
Contas a receber.....	-	40.465	-	1.661
Contas a receber com operações de derivativos	62.599	-	25.282	-
Contas a receber - partes relacionadas.....	-	46	-	206
Passivos.....	-	(612.285)	-	(626.702)
Financiamentos em moeda estrangeira (a)....	-	(612.285)	-	(626.702)
Arrendamento mercantil....	-	-	-	(84)
Fornecedores e outras contas a pagar.....	-	(42.251)	-	(37.991)
Contas a pagar com operações de derivativos	-	-	(1.364)	-
Fornecedores - partes relacionadas.....	-	(515)	-	(95)
Total.....	183.012	40.511	155.870	1.867

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações; **Contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações; **Financiamentos** - São classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à Libor. Conforme descrito na nota explicativa nº 17, esses financiamentos são relativos a operações de "Project Finance". **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de Instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

Aplicações financeiras.....	2014		2013	
	Valor justo através do resultado	Emprés- timos e Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Emprés- timos e Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Aplicações financeiras.....	120.413	-	131.952	-
Derivativos.....	62.599	-	25.282	-

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio de resultado. A Companhia, visando cumprir as exigências de seu contrato de financiamento com o BID, conforme descrito na nota explicativa nº 17 e visando a mitigação dos riscos de taxa de juros, contratou opções de compra da Libor com teto de 4,5% a.a. para todo o fluxo de juros de seu financiamento, como também, operações de swap para proteger os fluxos de caixa do endividamento em moeda estrangeira para os próximos dois anos. A Companhia contratou NDF's para proteção contra a variação cambial de futuras aquisições de equipamentos. Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram negociados em mercado de balcão. O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Companhia:

16. Financiamentos e arrendamento mercantil financeiro

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	2014		2013	
						2014	2013	2014	2013
Em moeda nacional									
Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil).....	1,0916% a.m. a 1,2321% a.m.	N/I	-	-	Junho de 2014	-	36	(c)	
Bradesco S.A. (Arrend. Mercantil).....	1,14% a 2,77% a.m.	N/I	-	-	Dezembro de 2014	-	48	(c)	
Subtotal em moeda nacional.....						-	84		
Em moeda estrangeira									
BID - A Loan.....	US\$ + LIBOR + 2,2% a 2,8% a.a.	4,2287% (a) (b)	6.755	2.783	Fevereiro de 2023	147.588	144.702	(d)	
BID - B Loan.....	US\$ + LIBOR + 1,9% a 2,5% a.a.	3,7516% (a) (b)	23.950	7.330	Fevereiro de 2020	464.697	482.000	(d)	
						612.285	626.702		
Subtotal em moeda estrangeira.....				10.113		612.285	626.786		

Circulante

Financiamentos e arrendamento mercantil financeiro..	
Custos de transação.....	108.649
	(3.032)
	105.617

Não Circulante

Financiamentos e arrendamento mercantil financeiro..	
Custos de transação.....	513.749
	(7.081)
	506.668

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou materialidade. (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/franque, está apresentada à taxa média ponderada. (b) Por entender ser informação mais relevante, dado que as operações estão integralmente protegidas por contratos de swap, a Companhia decidiu mensurar estas operações ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 22 para maiores detalhes).

Garantias: (c) Bens financiados. (d) Alienação das ações da Companhia, cessão das contas bancárias e da indenização e suporte dos acionistas controladores para determinados eventos.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2014	2013
2016.....	102.499	102.499
2017.....	102.499	102.499
2018.....	102.499	102.499
Após 2018.....	206.252	206.252
	513.749	513.749

Em 7 de outubro de 2008, foi contratado financiamento de longo prazo, no valor total de US\$ 368.700 mil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a participação de outros bancos comerciais. Este financiamento destina-se a investimentos previstos nas Fases I e II do Contrato de Concessão e está assim dividido: **Financiamento BID A (fase I):** Possui valor de US\$ 69.200 mil e prazo total de 15 anos; **Financiamento BID A (fase II):** Possui valor de US\$ 59.500 mil. O prazo e o custo serão equivalentes às condições de mercado no momento da fase II; **Financiamento BID B (somente fase I):** Possui valor de US\$ 240.000 mil e prazo total de 12 anos. De acordo com as condições estipuladas no contrato de financiamento, poderá ser utilizada Taxa Básica Alternativa (ABR Prime) em substituição a Libor quando: • Em razão de circunstâncias que afetem o mercado, meios adequados e razoáveis não existam para identificar a Libor na data de apuração da taxa de juros em questão; • Os participantes necessários determinarem e notificarem o BID, por escrito, que a Libor não refletirá de modo adequado e justo o custo para os participantes. Os montantes foram creditados à Concessionária mediante o atendimento de condições precedentes. As principais garantias e cláusulas restritivas deste financiamento são as seguintes: • Alienação fiduciária e usufruto condicional de 100% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da Companhia; • Cessão fiduciária dos direitos e créditos da Concessionária, inclusive aqueles decorrentes das contas bancárias; • Cessão fiduciária dos direitos e créditos oriundos do Contrato de Concessão, inclusive de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão; • Contratar operação de *hedge* de taxa de juros ao montante de 75% do valor total desembolsado, até 15 de fevereiro de 2013. Após essa data o montante protegido deverá ser de 100% do total desembolsado, até o vencimento do financiamento; • Contratar operação de *hedge* de moeda ao montante de 25% do valor total desembolsado, caso a taxa a termo do dólar de março de 2010 esteja acima de R\$ 2,40. Após a entrega das obras de infraestrutura, deverá ser efetuado *hedge* de 100% do valor correspondente aos próximos quatro pagamentos de juros e principal (2 anos); • Não constituir qualquer ônus sobre qualquer direito, participação, exceto aqueles expressamente permitidos no contrato de financiamento; • Não contrair ou manter, sem o consentimento do BID, qualquer dívida exceto, dentre outras: (i) dívidas subordinadas controladas diretamente com os patrocinadores do projeto; (ii) empréstimo de capital de giro/divida de curto prazo que não exceda R\$ 7.500; • Não alienar ou de alguma forma dispor de seus ativos ou direitos, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento; • Manter em conta reserva o equivalente

a 6 (seis) meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária para o mesmo valor, após último desembolso do financiamento da Fase I do Projeto; • Manter em conta reserva o equivalente a 3 (três) meses do custo de operação e manutenção projetadas ou obter carta de fiança; • Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio antes da data de Conclusão do Projeto da Fase I; • Somente distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, após a obtenção do Certificado de Conclusão da Fase I do Projeto, se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, o índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + "fees" e outros débitos relacionados a dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3; • As adições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

17. Fornecedores	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a).....	22.421	21.351	22.421	21.351
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (b).....	5.595	4.796	5.595	4.796
Cauções e retenções contratuais.....	186	84	186	84
	28.202	26.231	28.202	26.231

(a) A Companhia possui como principais fornecedores estrangeiros a Siemens AG, Siemens SAS, Sepso e Hyundai Rotem Company para implantação do projeto, que prevê fornecimento dos sistemas de sinalização, de comando centralizado da via e páteo, de comunicação móvel e dos trens, incluindo sobressalentes e obrigatórios para os sistemas. (b) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a melhorias, manutenção e conservação.

18. **Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e previdenciárias. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

Não circulante	2013		2014	
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão	Atualização monetária	Saldo final
Trabalhistas e previdenciários.....	-	48	5	53

19. **Patrimônio líquido:** a. **Capital social:** O capital social da Companhia é composto de R\$ 149.607.142 ações nominativas, sem valor nominal, dos quais R\$ 9.222 ainda não foram integralizados, sendo 74.803.571 ações ordinárias e preferenciais. b. **Reserva de lucros:** Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c. **Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2014, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício

Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

continuação

Posição	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional) (4)				Valor Justo		Valores Brutos Liquidados		Efeito Acumulado				Resultado			
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Valores a receber/ (recebidos)		Valores a pagar/ (pagos)		Efeito acumulado ganho/(Perda)		Ganho/(Perda) em resultado abrangente	
					2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Posição ativa	Bradesco	09/09/2014	03/11/2015	EUR	1.991	-	6.425	-	332	-	-	-	-	332	-	-	-	332	-	
				Taxa forward de EUR de R\$ 3,3167																
Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	04/01/2016	EUR	3.473	-	11.207	-	561	-	-	-	-	561	-	-	-	561	-	
				Taxa forward de EUR de R\$ 3,3756																
Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	01/02/2016	EUR	579	-	1.868	-	94	-	-	-	-	94	-	-	-	94	-	
				Taxa forward de EUR de R\$ 3,4043																
Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	01/03/2016	EUR	228	-	736	-	37	-	-	-	-	37	-	-	-	37	-	
				Taxa forward de EUR de R\$ 3,4309																
Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	01/04/2016	EUR	2.266	-	7.312	-	371	-	-	-	-	371	-	-	-	371	-	
				Taxa forward de EUR de R\$ 3,4617																
Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	02/05/2016	EUR	1.953	-	6.302	-	318	-	-	-	-	318	-	-	-	318	-	
				Taxa forward de EUR de R\$ 3,4906																
Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	01/06/2016	EUR	36	-	116	-	6	-	-	-	-	6	-	-	-	6	-	
				Taxa forward de EUR de R\$ 3,5207																
Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	01/07/2016	EUR	1.088	-	3.511	-	173	-	-	-	-	173	-	-	-	173	-	
				Taxa forward de EUR de R\$ 3,5562																
Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	01/08/2016	EUR	536	-	1.730	-	85	-	-	-	-	85	-	-	-	85	-	
				Taxa forward de EUR de R\$ 3,5858																
Posição passiva	Bradesco	09/09/2014	01/09/2016	EUR	549	-	1.772	-	84	-	-	-	-	84	-	-	-	84	-	
				Taxa forward de EUR de R\$ 3,6207																
Posição passiva	Merrill Lynch	26/09/2014	01/11/2016	EUR	311	-	1.004	-	33	-	-	-	-	33	-	-	-	33	-	
				Taxa forward de EUR de R\$ 3,7962																
Posição passiva	Merrill Lynch	26/09/2014	03/10/2016	EUR	513	-	1.655	-	22	-	-	-	-	22	-	-	-	22	-	
				Taxa forward de EUR de R\$ 3,7618																
Posição passiva	BTG Pactual	14/08/2013	17/08/2015 (3)	USD	22.900	22.900	60.827	53.646	60.509	51.853	-	-	1.568	-	-	1.364	2.932	(1.364)	-	
				85,35 % do CDI					(58.941)	(53.217)										
Posição passiva	Bradesco	14/02/2013	18/02/2015 (3)	USD	23.052	23.052	61.231	54.002	59.122	52.786	-	-	2.052	6.186	-	-	(4.134)	6.178	-	
				79,50 % do CDI					(57.070)	(46.608)										
Posição passiva	BTG Pactual	14/02/2014	15/02/2016 (3)	USD	22.690	-	60.269	-	61.060	-	-	-	9.434	-	-	-	9.434	-	-	
				82 % do CDI					(51.626)	-										
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2014									9.676	-	-	-	62.599	11.048	-	1.364	12.362	7.152	40.553	
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014 E 2013					1.376.688	741.538	62.599	62.599	14.242	13.443	3.375	-	14.234	-	-	(3.514)	10.736	2.723	-	
TOTAL DAS OPERAÇÕES									62.599	23.918	13.443	3.375	62.599	25.282	-	1.364	8.848	17.888	43.276	

(1) As contrapartes são: Banco Santander (Brasil) S.A., SMBC Capital Markets Limited, Banco Bilbao Vizcaya Argentina, S.A., WestLBAG New York Branch, Espírito Santo Investment p.l.c., Société Generale/Paris; (2) As opções de compra foram divididas em 54 tranches, sendo uma para cada vencimento de juros de cada tranche do contrato de financiamento do BID, com vencimentos semestrais entre agosto de 2009 e fevereiro de 2023; (3) Os contratos possuem vencimentos intermediários em fevereiro de 2015, agosto de 2015 e fevereiro de 2016; (4) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

Derivativos com propósito de proteção - Riscos cambiais

Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além das já existentes. **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:** Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Risco	Efeito em R\$ no resultado		
					Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Divida em USD - BID		Fevereiro de 2023	360.991	Aumento da cotação do USD	-	(90.248)	(180.495)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)		Fevereiro de 2015	(30.031)	Diminuição da cotação do USD	-	8.878	17.756
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)		Agosto de 2015	(34.560)	Diminuição da cotação do USD	-	8.893	17.787
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)		Fevereiro de 2016	(33.915)	Diminuição da cotação do USD	-	8.812	17.623
Hedge NDF do serviço da dívida		Agosto de 2016	(35.921)	Diminuição da cotação do USD	-	7.726	16.456
Compromissos em USD		Novembro de 2016	212.362	Aumento da cotação do USD	-	(50.198)	(102.710)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro		Novembro de 2016	(212.362)	Diminuição da cotação do USD	-	50.198	102.710
Compromissos em Euro		Novembro de 2016	32.445	Aumento da cotação do Euro	-	(6.160)	(13.881)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro		Novembro de 2016	(32.445)	Diminuição da cotação do Euro	-	6.160	13.881
				Efeito de Ganho ou (Perda)	-	(55.939)	(110.873)
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)					-	(55.939)	(110.873)

Moedas em 31/12/2014:

	Dólar	Euro
	2.6562	3.3203
	3.2270	4.0338
		3.9843
		4.8405

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2014. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2014 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (4)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Empréstimo BID	Aumento da Libor de 6 meses (5)	Fevereiro de 2023	622.398	(16.428)	(16.950)	(17.472)
Efeito líquido				(16.428)	(16.950)	(17.472)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Fevereiro de 2015	61.228	(575)	(711)	(843)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2015	61.333	(3.549)	(4.408)	(5.258)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Fevereiro de 2016	60.771	(5.447)	(6.792)	(8.131)
				(9.571)	(11.911)	(14.232)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(25.999)	(28.861)	(31.704)

As taxas de juros consideradas foram (1):

	CDI (2)	LIBOR 6 meses (3)
	11,57%	14,46%
	0,3628%	0,4535%
		0,5442%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo. Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se a taxa de 31/12/2014, divulgada pela CETIP; (3) Refere-se as taxas libor de 6 meses, divulgadas pela BBA (British Bankers Association) em 31/12/2014 (4) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2014 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores. Além dos índices variáveis demonstrados no quadro acima, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

23. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, foram resumidas conforme abaixo: • Veículos: Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 20.400, para danos morais e materiais; • Riscos Patrimoniais / Operacionais - R\$ 500.000; • Responsabilidade Civil - R\$ 50.000; • Riscos de Engenharia - R\$ 20.000; • Perda de receita - R\$ 370.788. Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 18.669, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no Contrato de Concessão, tendo como principal beneficiário o Poder Concedente.

24. Compromissos vinculados a contratos de concessão: A Companhia assumiu compromissos de investimentos de acordo com seu contrato de concessão a serem cumpridos até o final do prazo da concessão, no montante de R\$ 666.645 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 719.282 em 31 de dezembro de 2013). Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura e, conseqüentemente, geração de receitas adicionais. Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

25. Plano de Previdência Privada (contribuição definida): Os montantes reconhecidos como despesas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 relativo ao plano de previdência privada (contribuição definida), estão demonstrados abaixo:

	2014	2013
Plano de previdência privada (contribuição definida)	786	834

Composição do Conselho de Administração	Composição da Diretoria	Contador
Ítalo Roppa - Conselheiro Renato Alves Vale - Conselheiro Arthur Plotto Filho - Conselheiro	Irineu Berardi Meireles - Conselheiro Sérgio Luiz Pereira de Macedo - Conselheiro Kazuhiisa Ota - Conselheiro	Harald Peter Zwetkoff - Diretor Presidente Maurício Dimitrov - Diretor Régio Marcelo Nóbrega Fernandes - Diretor
		Hélio Aurélio da Silva CRC 1SP129452/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. São Paulo - SP

Introdução: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015

Deloitte.DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8João Rafael Belo de Araújo Filho
Contador
CRC nº SP 246752/O-6

Serviço de Atendimento ao Assinante

- Alterações cadastrais
- Dúvidas e sugestões
- Solicitação de exemplares
- Informações sobre sua assinatura
- Orientações de acesso ao DCI online

Entre em contato com nosso serviço de atendimento:
De segunda à sexta-feira das 7h às 18h.

(11) 5095-5335
São Paulo e Grande SP

0800 770 3324
Demais Localidades



Vamos ao que interessa.